

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.806 - DF (2019/0035895-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : UNIMED CAMPO GRANDE MS COOPERATIVA DE
TRABALHO MEDICO
ADVOGADOS : CLÉLIO CHIESA - MS005660
WILSON CARLOS DE CAMPOS FILHO - MS011098
RECORRIDO : SONIA MARIA ASSIS FRANCA
ADVOGADO : TIAGO BECKERT ISFER - DF049005
INTERES. : FUNDAÇÃO ENERSUL
INTERES. : CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. INTIMAÇÃO FEITA EM NOME DE APENAS UM DOS ADVOGADOS. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE. RECURSO INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE ALGUNS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fl. 628):

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. INDICAÇÃO EXPRESSA DOS PATRONOS. PUBLICAÇÃO EM NOME DE UM DOS PROFISSIONAIS INDICADOS. NULIDADE INEXISTENTE.

1. Não há nulidade se, requerida publicação em nome de dois advogados, a intimação é feita somente em nome de um deles, notadamente quando é praticado ato subsequente que pressupõe a ciência da decisão. Precedente TJDFT.
2. Na petição de agravo interno o recorrente impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015 §1º 1.021).
3. Negou-se provimento ao agravo interno.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 638-655), a recorrente alega violação do art. 272, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando a não

observância do pedido de publicação exclusiva em nome dos patronos expressamente indicados, o que teria lhe gerado prejuízo.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 698-704).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 705-706).

Brevemente relatado, decido.

Acerca da questão jurídica objeto da controvérsia, impende transcrever o seguinte excerto da decisão monocrática, ratificado no julgamento do agravo regimental (e-STJ, fl. 587):

A sentença proferida na Ação declaratória c/c obrigação de fazer c/c danos morais com pedido de tutela de antecipada foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 20/09/2017 (quarta-feira) e iniciado o prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis no dia 21/09/2017 (quinta-feira), findou-se no dia 11/10/2017 (quarta-feira).

Portanto, o apelo da ré, Unimed-Campo Grande MS - Cooperativa de Trabalho Médico, foi interposto intempestivamente, uma vez que protocolado no dia 16/10/2017 (segunda-feira).

Quanto ao argumento de que haveria nulidade na intimação da sentença, em razão de ter sido publicada somente no nome de um advogado, quando havia pedido expresso de que as publicações fossem realizadas nos nomes de Wilson Carlos de Campos Filho OAB/MS 11.098 e Clélio Chiesa OAB/MS 5.660, melhor razão não lhes assiste.

Isso porque se considera válida a intimação, ainda que feita em nome de um só dos advogados, principalmente por ter sido praticado ato conseqüente que pressupõe a sua ciência. No caso, a interposição da apelação.

Do exposto, verifica-se que o Tribunal de origem entendeu que seria incabível o acolhimento da tese de nulidade, porquanto, entre outros fundamentos, o apelo foi interposto intempestivamente e considerou a validade da intimação, ainda que feita em nome de um só dos advogados, principalmente por ter sido praticado ato conseqüente que pressupõe a sua ciência.

Contudo, a recorrente não se insurgiu especificamente contra esses pontos, ensejando a aplicação, por analogia, do óbice do Enunciado n. 283/STF, consoante o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Sobre o tema, vejam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO

ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. PRAZO PRESCRICIONAL. VINTENÁRIO. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO DIES A QUO.

(...)

- A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.

(...)

- Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.689.762/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 9/2/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGADA NULIDADE DA INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. RECURSO INTEMPESTIVO. INTERPOSIÇÃO ALÉM DO PRAZO LEGAL. ART. 1.070 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão monocrática publicada em 29/06/2017, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. À luz do que expressamente estabelece o § 2º do art. 272 do CPC/2015, "sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados". Nessa mesma linha, o § 5º do referido art. 272 do CPC/2015 também adverte que, "constando dos autos pedido expresse para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade".

III. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, há muito, consagrou o entendimento de que, "havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono, o que não é o caso dos presente autos (AgRg no REsp n. 1.496.663/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28/08/2015)" (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1.042.645/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 06/11/2017), o que se harmoniza com os preceitos estabelecidos no novo Código de Processo Civil.

IV. No caso, inexistente qualquer requerimento, formulado pela parte recorrente, para que as intimações fossem feitas em nome de determinado advogado. Além disso, a agravante advogava no feito

em causa própria, tanto que subscreveu a petição inicial, e, sozinha, o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. O nome da impetrante, também como advogada, constou da intimação da decisão agravada, com o respectivo número de inscrição na OAB. Ademais, observa-se que os referidos substabelecimentos, juntados aos autos, foram feitos com reservas de poderes, o que significa que os advogados anteriores, que já atuavam no feito - inclusive a própria impetrante, que atuava em causa própria e substabelecera com reserva de poderes -, continuariam no patrocínio da causa, tendo seus nomes constado da intimação da decisão ora recorrida. Inexistência de nulidade, na intimação da decisão agravada.

V. A decisão, objeto deste recurso, foi disponibilizada em 28/06/2017, quarta-feira, no Diário de Justiça eletrônico, considerando-se publicada em 29/06/2017, quinta-feira. O presente recurso, no entanto, somente foi interposto em 04/09/2017, intempestivamente, portanto. De fato, como o prazo para a interposição é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação da decisão, a parte recorrente teria prazo para recorrer até o dia 21/08/2017 (segunda-feira).

VI. Descumprido, portanto, o prazo de quinze dias úteis, para a interposição do Agravo interno, previsto no art. 1.070 do Código de Processo Civil vigente, inviável a análise dos argumentos recursais, uma vez que não preenchido um dos requisitos extrínsecos de sua admissibilidade.

VII. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no RMS n. 51.662/DF, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 15/2/2018 - sem grifo no original).

Além disso, "segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "não há nulidade na intimação levada a efeito em nome de um dos advogados da parte, ainda que tenha havido requerimento para que constasse da publicação o nome de dois advogados" (EDcl no AgRg no CC n. 133.191/SP, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe, 28.10.2014).

In obter dictum, o entendimento desta Corte é "de ser nula a intimação quando não observado o pedido expresso de publicação em nome de advogado específico, sendo certo que a referida nulidade, por ser de natureza relativa, deve ser arguída na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão" (REsp n. 1.770.266/CE, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 19/12/2018).

Verifica-se, no presente caso, que a nulidade não foi suscitada na primeira oportunidade que a parte teve para se manifestar nos autos, uma vez que só foi alegada após o reconhecimento da intempestividade do recurso de apelação, portanto, tem-se

operada a preclusão.

Corroborar esse entendimento o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO EXCLUSIVA DE ADVOGADO. IRREGULARIDADE ADUZIDA SOMENTE EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. NULIDADE RELATIVA. PRECLUSÃO.

1. A Corte de origem não emitiu juízo de valor sobre o art. 236, § 1º, do CPC/1973. Não houve oposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para a análise de possível omissão no julgado.

2. Perquirir, nesta via estreita, a ofensa da referida norma, sem que se tenha explicitado a tese jurídica no juízo a quo, é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Incidência da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento "de ser nula a intimação quando não observado o pedido expresso de publicação em nome de advogado específico, sendo certo que a referida nulidade, por ser de natureza relativa, deve ser arguida na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão" (AgInt no AREsp 783.290/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/3/2018). Precedentes no mesmo sentido: REsp 1.503.084/CE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26/02/2018; REsp 1.641.610/GO, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 21/06/2017; AgRg no AREsp 800.278/SC, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 16/2/2016; AgRg nos EDcl no AREsp 208.298/AM, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/5/2013.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp n. 1.770.266/CE, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 19/12/2018).

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015 por já terem sido fixados no limite máximo.

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator